VIII

Organização concreta e dominância social

Introduzimos ao longo dos últimos dois capítulos algumas ideias cruciais que, acreditamos, nos ajudam a construir uma teoria da prática comunista. O conceito de ponto de vista organizacional propõe uma maneira de analisar atividades sociais que nos convida a estarmos mais atentos ao modo como cada processo é estruturado para melhor entender seu raio de ação e por que diferentes grupos fazem recortes muito diversos da realidade social. As três lógicas de organização social – afinidade, propriedade e valor – nos permitem, então, dar mais especificidade a esse tipo de análise, propondo que foquemos na maneira como cada organização articula essas três formas gerais de dividir seus componentes: a afinidade dividindo partes sociais por suas fronteiras, a propriedade, por cercas, o valor, por margens.

Temos, portanto, um fundamento novo para nossa teoria, isto é, uma proposta de qual perspectiva vamos adotar, observando a organização dos fenômenos sociais; e temos três categorias bem gerais que nos ajudam a diferenciar entre eles, três maneiras de compor essas estruturas organizativas. Precisamos agora introduzir um outro aspecto crucial, sem o qual será impossível discutirmos mais à frente as lutas políticas e a política revolucionária – isto é, a questão da dominância. Como veremos, uma maneira de evitar definir a política por bandeiras ou valores pessoais é analisando os efeitos que diferentes ações são capazes de produzir – e, principalmente, se esses efeitos alteram algo na organização social vigente. Entender como as diferentes formas de organização social se misturam, e o que significa uma dessas formas ser a lógica dominante de uma sociedade ou organização, é portanto muito importante para nossa maneira de investigar as práticas políticas.

Articulando as três lógicas

Avisamos inicialmente que as três lógicas sociais que iríamos examinar são versões abstratas – as mais abstratas possível – das formas de organização social que conhecemos: a afinidade, a propriedade e o valor. No entanto, é difícil tornar essas lógicas mais palatáveis sem introduzir exemplos históricos, o que pode levar a confusões, pois a organização social concreta já é, na verdade, o fruto de uma mistura específica desses três modos.

Como mencionamos, a organização de territórios em nações nos ajuda a entender como a afinidade opera no mundo capitalista, mas a nação já é, na verdade, uma organização complexa – uma maneira de submeter a lógica das fronteiras entre comunidades aos ditames do Estado, com suas cercas, e o capital, interessado em extrair valor de todas as margens possíveis. É por causa dessa mistura particular, onde o valor é dominante, apoiado pela propriedade, que o que sobra de espaço para formar comunidades é tão restrito. O mesmo vale para a descrição, por exemplo, do funcionamento das leis em um império pré-capitalista – digamos, na dinastia chinesa Qin: certamente podemos aprender muito sobre a lógica da propriedade observando como a legalidade pode ser usada para mediar conflitos entre comunidades, preservando grande parte de sua autonomia, em um vasto território. Os filósofos chineses dedicaram muito esforço para entender como seria possível preservar fronteiras – isto é, costumes e culturas – e ao mesmo tempo estabelecer o domínio de todo um território, mas o que chamamos de “ordem” nessa formação social não é apenas uma expressão da lógica da propriedade, mas também uma mistura onde o comércio – e portanto o valor – facilitava a conexão não conflituosa entre cidades e comunidades, facilitando também a implementação de uma burocracia governamental, com um sistema de funcionários assalariados. Até mesmo a esfera da circulação de mercadorias – muitas vezes tratada no marxismo como uma dimensão interna da lógica do valor – não pode ser compreendida apenas por essa lógica: as mercadorias, como sabemos, não podem levar a si mesmas ao mercado, e precisam se desprender de qualquer limite

cultural, razão pela qual a lógica da alienação é constitutiva da organização mercantil capitalista.

O interesse de apresentarmos as três lógicas de forma esquemática e geral começa a se justificar agora. Pois, munidos dessas três formas de divisão da organização social – fronteiras, cercas e margens – temos meios para unificar nossa análise do ponto de vista organizacional sem por isso deixar de avaliar, caso a caso, como se formam as articulações e misturas determinantes de uma formação social específica. E notem que a ideia de "misturas" seria muito difícil de entender e analisar se não tivéssemos encontrado uma maneira de descrever cada lógica como um tipo muito abstrato de divisão social, quase como pequenos desenhos ou blocos de construção, que podemos combinar e sobrepor de diferentes formas, avaliando como essas composições alteram suas características básicas.

Mesmo nos permitindo avançar nossa compreensão, é claro que apenas combinar os três modos entre si não seria o suficiente: determinar qual desses modos é o dominante, através de quais organizações ele se sustenta, que aspectos da organização material do planeta, dos animais e das pessoas essa forma de organização se propaga – tudo isso nos ajuda a examinar melhor como as organizações são compostas. Sejam elas pequenos grupos momentâneos ou enormes economias nacionais.

Em todo caso, incrementamos bastante as ferramentas de nossa teoria afirmando que precisamos não apenas considerar as atividades sociais e políticas do ponto de vista organizacional, mas precisamos também nos perguntar como cada organização mistura, em sua composição, as lógicas da afinidade, da propriedade e do valor. Não devemos menosprezar as consequências desse passo intermediário, pois agora podemos afirmar que – de acordo com nossas três perguntas fundamentais da composição, interação e percepção – o modo como cada organização utiliza essas três lógicas em sua composição irá afetar com quais outras organizações ela interage e como a estrutura social aparecerá para ela. Por exemplo, uma organização que divide seus membros e ações a partir da lógica da

afinidade, lutando contra as divisões proprietárias, pode não ter meios de avaliar como o valor influi em sua estrutura – e nem ter meios de alterar seus fluxos e efeitos sobre seu ambiente político – enquanto uma organização que utiliza de ferramentas jurídicas para alterar a correlação de forças que define as margens do valor pode ignorar as formas de comunidade que produz. Não se trata de dizer como tudo se organiza, mas de ter mais termos e palavras para distinguir as variadas formas de organização.

Dominância social

Precisamos, então, dar um último passo em relação à ideia de diferentes modos de organização social. Afinal, a ideia de que esses diferentes modos se articulam não é suficiente para distinguir os contornos principais de cada formação social, ou diferentes modos de produção. Para isso, precisamos entender o que significa uma lógica social dominar as demais. Para compreender a ideia de dominação do ponto de vista organizacional precisamos nos atentar para a forma de interconexão ou integração das diferentes organizações.

De fato, podemos dizer que uma forma social é dominante quando ela organiza a maior parte do tecido social, garantindo a maior parte de suas conexões e diferenças. Por exemplo, é claro que existe o comércio e uma série de culturas e comunidades dentro de um Império, mas a lógica da propriedade e da dominação estatal é aquela que determina a integração de tudo o que se passa nos quatro cantos desse mundo social. O mesmo se passa com o capitalismo: não existe capitalismo sem propriedade privada, sem supremacia branca e sem heteronormatividade garantindo a reprodução social – porém é através da lógica do valor que toda a economia-mundo está interligada. Essa abordagem é uma extensão direta da nossa maneira mais esquemática de definir as lógicas sociais e suas misturas: se cada lógica for tratada como uma maneira de repartir as organizações sociais, e se as organizações concretas combinam essas três formas de maneiras específicas, o que estamos discutindo agora é como essas organizações, com seus formatos particulares, se conectam entre si – quais formas

facilitam mais essa costura em um dado contexto histórico? Se saio na rua oferecendo meu trabalho em troca de favores – ou mesmo cobrando do Estado que alguém me empregue, pois o direito ao trabalho está na constituição – terei menos chance de me integrar socialmente do que se vender minha força de trabalho. É a forma pela qual a organização da minha vida mais facilmente se conecta e interliga ao resto da organização social à minha volta.

Isso não significa que tudo no mundo precisa estar organizado diretamente sob a lógica dominante, o que a dominância determina são os meios através dos quais mesmo outras formas organizacionais se costuram na totalidade. Uma família pode se relacionar pelo parentesco, pela afinidade e até mesmo pelo amor, mas se quer estar inserida na sociedade capitalista, vai precisar de alguma maneira lidar com o fato que a maior parte dos bens de consumo custam dinheiro e que a maior parte das ocupações e formas de conseguir dinheiro vem pela troca de mercadorias. Da mesma forma, podem até existir trocas mercantis entre povos isolados, mas se eles quiserem se relacionar como parte de uma mesma realidade social, terão que encontrar maneiras de se relacionar reciprocamente através da dádiva e do parentesco. Mesmo atividades que não são sociais no sentido que estamos tratando aqui – por exemplo, o processo de criação de uma obra de arte – vai precisar se adaptar se tiver ambições de circular socialmente em um dado contexto histórico: pode precisar ganhar traços ritualísticos ou sagrados, em alguns casos, ou encontrar uma função na especulação financeira, em outros. Adquirir essa forma para que um processo seja socialmente integrado não significa que tudo o que se passa nesse processo é absolutamente determinado por essa forma – apenas o suficiente para que a integração seja efetiva.

O ponto crucial aqui é que, no geral, o processo de integração na lógica dominante não acontece depois das atividades e processos já estarem localmente organizados – como se criássemos coisas novas e depois tentássemos entender seu lugar num quebra-cabeça social. Esse tipo de integração mais simples e bruta é o que Marx chamava de “subsunção formal”, um ajuste para tentar integrar componentes sociais criados sem essa integração em vista. Por exemplo, a

integração de oficinas artesanais no funcionamento do mercado capitalista, ou a integração de terras indígenas na legalidade de um Estado. No entanto, a dominância de uma lógica social só está realmente consolidada quando as novas peças desse quebra-cabeça já são criadas ou organizadas localmente com esse desafio de encaixe na totalidade em mente. Aqui, o todo já está antecipado nas partes: eu já faço o plantio pensando em vender a colheita, eu já educo meus filhos pensando em como entrarão no mercado de trabalho – aqui, as demais lógicas e atividades humanas tentam se conformar ao tabuleiro antes mesmo da partida começar. É o que chamamos de "subsunção real", e podemos observá-la operando nas cidades modernas com muita facilidade: olhe ao seu entorno e quase tudo o que está à sua volta foi produzido para ser vendido como mercadoria – e mais, foi produzido utilizando outras coisas que foram elas mesmas produzidas dessa maneira.

Se a dominância social depende dessa transformação profunda da organização da vida – deixando de ser um princípio de conexão posterior das coisas para se tornar uma força mais ativa e interna dos nos processos sociais – ela não deixa por isso de precisar de um terceiro tipo de processo para realmente se consolidar.

Dominância material

Além da integração que tenta colar peças sociais diversas – a subsunção formal – e a integração que já guia a criação de novas peças do quebra-cabeça – a subsunção real – existe, ainda, a questão de como a lógica social lidará com processos que não pode controlar ou absorver suficientemente. Afinal, há um limite de até onde podemos determinar se nos organizamos de acordo com essa ou aquela lógica social. Perante as pressões do capital e da competição, posso deixar de vender apenas o que não consumia em minha roça e passar escolher o que plantar pensando no que vai vender mais, mesmo que eu não vá mais comer o que planto, e posso até mesmo mudar minha forma de trabalhar e de tratar o solo por causa disso – mas tem algo na terra que está aí há milhares de anos, continuará aí depois da humanidade, e que é indiferente a todo esse processo. Esbarramos aí

em formas de organização da realidade – seja da vida, da física, do que for – que não podemos totalmente absorver na forma de uma sociedade. Aqui entra um terceiro desafio para a dominância social, que é o domínio sobre a realidade material.

Por "realidade material" entendemos aqui tudo aquilo do que participa da integração e dominância de uma lógica social, mas que não pode ser inteiramente controlado ou guiado por ela. A organização da vida e dos fenômenos físicos são exemplos mais evidentes desse tipo de materialidade: mesmo que o capital coloque um preço nos minérios que retira do solo, não tem como sintetizar "do nada" essas substâncias, precisa achar meios de integrá-las no mundo social. As propriedades químicas e físicas de uma certa pedra não podem ser totalmente absorvidas pelo mercado, mas podem ser utilizadas de diferentes maneiras – por exemplo, a raridade de um metal pode ser aproveitada como critério para sua precificação ou monopólio, mesmo sua disposição no solo, há milhões de anos, não ter sido pensada com o mercado de luxo em vista.

A dominação material não se dá, nesse sentido, por um rearranjo social de como as coisas são organizadas, pois lidamos aqui com elementos que não temos como alterar diretamente, mas principalmente pela instrumentalização desses aspectos incontroláveis em nome da reprodução social. É como se a forma mais avançada de dominação fosse aquela que delega para os processos não-sociais a tarefa de criar condições para a perpetuação da forma social dominante. Imagine que moramos muito longe de qualquer fonte de água limpa, em uma região que chove pouco – e isso não é à toa: foi o único lugar onde conseguimos achar moradia, já por conta do modo como nossa sociedade é organizada. Ora, a distância geográfica não é em si algo que o capitalismo controla, mas pode imbuir essa organização espacial com a tarefa de reproduzir as relações de classe, já que a falta de acesso à água me coloca em posição de precisar comprar garrafas d'água, por preços exorbitantes e contaminadas com microplásticos, para poder sobreviver. O capital não é capaz de criar o espaço físico, mas sabe propagar relações capitalistas instrumentalizando essa dimensão material.

A dominância material é essencial para a reprodução de uma formação social, é o que garante não apenas que uma sociedade crie novas "peças" que encaixam em sua totalidade, mas que mesmo aquilo que não pode criar continue a assegurar a integridade desse todo social. Essa negociação com a materialidade pode se dar através de processos seletivos de reorganização – como escolha de parceiros para a reprodução sexual, no caso do parentesco, a restrição do acesso pela logística, no caso dos Estados e impérios, ou o "consumo produtivo" de mercadorias, no caso do capitalismo. Esses são todos casos onde reorganizamos ativamente processos que existem independentemente da nossa organização social. Mas existem ainda os casos onde essa reorganização é mais passiva, por exemplo, transformando um desastre natural em uma "oportunidade de negócios" que explora o desespero de refugiados climáticos. Certamente nenhum processo de dominação material é tão assustador e completo quanto a maneira como o capitalismo contemporâneo integra o metabolismo planetário hoje: por um lado, ativamente desestabiliza a vida terrestre, por outro, transforma essa instabilidade em novas fronteiras de acumulação e exploração.

Há um aspecto dessa concepção de realidade material que não discutimos em detalhe aqui, mas que terá um papel crucial mais à frente neste livro. Trata-se do fato que, para nós, o que conta como realidade material é relativo a uma dada organização. Definimos a realidade material da seguinte forma: trata-se de tudo aquilo do qual uma organização social depende, mas que é indiferente ou independente dela em alguma medida. Ou seja, não precisa ser um processo totalmente alheio ou externo ao mundo humano em geral, basta ser indiferente à formação social que estamos analisando. Utilizamos aqui exemplos que contrastam a organização de pessoas – que pode ser mais facilmente alterada socialmente – e a organização de processos naturais, pois esses casos deixam claro o desafio em questão na dominação material, que é se propagar por meios que não se pode controlar inteiramente. Mas essa diferenciação é só para efeitos didáticos. Existem processos de organização natural que não apresentam grande resistência à integração social – pense, por exemplo, nos processos químicos que o capitalismo

“domesticou” a ponto de controlá-los com precisão inacreditável, sintetizando toda sorte de materiais que só existem para fins industriais.

E existem também formas de organização de seres humanos que – como a realidade material que descrevemos acima – não se adequam docilmente a nenhuma lógica social ou a qualquer mistura entre elas – e que, portanto, existem para uma dada sociedade como uma ameaça “associal”, uma fonte de resistência e recusa de integração imediata. É o caso da organização coletiva igualitária: pessoas que se reúnem para atuar sob um princípio político que não é redutível nem à comunidade, nem à propriedade e nem ao valor são fonte tanto de medo quanto de fascínio social, tal qual uma tempestade ou um meteoro rasgando o céu.